



Câmara Municipal de Santa Cruz da Esperança *Estado de São Paulo*

ATA - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Projeto de Lei nº 015/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Projeto de Lei nº 021/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que: "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026".

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de 2025, reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal de Santa Cruz da Esperança vereadores, membros das empresas prestadoras de serviço técnico especializado contábil dos Poderes Legislativo e Executivo, Agente de Apoio Administrativo da Câmara Municipal (todos abaixo assinados) e populares que fizeram inscrição em livro próprio. No horário das 18h, iniciou-se a realização do ato, devidamente publicado na imprensa local, no site oficial e afixado no mural de avisos da Câmara Municipal. Passou-se, então, à apresentação, análise e discussão dos termos contidos nos Projetos de Lei nº 015/2025 e 021/2025, ambos de autoria do Poder Executivo Municipal. Registra-se que as proposições em análise obedecem aos ditames legais insculpidos na Constituição Federal e nas demais legislações atinentes à espécie. Após a leitura dos termos contidos no texto da propositura legal, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhor André Aparecido de Almeida, que conduzia o ato, passou a palavra ao senhor Álvaro Henrique Caporal, contador e representante do Executivo Municipal para explanação dos referidos projetos. Com a palavra o senhor Álvaro saudou a todos os presentes e disse que, conforme explicado na audiência anterior, a LDO foi elaborada fielmente conforme o que já estava definido no PPA, sem nenhuma modificação. Portanto, não tinha muito mais a explanar, a não ser se alguém tiver dúvidas estou à disposição para esclarecer. E em relação à LOA, houve uma alteração, pois na elaboração do PPA e da LDO ainda não estava definida a receita de 1% (um por cento) do FPM que será recebida em dezembro. Acrescentou-se essa previsão na LOA, e o projeto menciona essa alteração, que elevou o valor de R\$ 32.600.000,00 (trinta e dois milhões e seiscentos mil reais), para R\$ 33.390.000,00 (trinta e três milhões e trezentos e noventa mil reais) - um aumento de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), referente ao complemento da receita do FPM de 1%, valor que foi redistribuído entre algumas dotações, principalmente nas de folha de pagamento, onde utilizamos mais, especialmente na Educação, que teve aumento considerável devido aos custos com



Câmara Municipal de Santa Cruz da Esperança

Estado de São Paulo

professores e magistério. Inclusive nesse relatório que foi apresentado pela assessoria, esse comparativo entre 2025 e 2026, a diferença é sobre isso também, reforçando que, em 2024, a receita arrecadada superou os trinta milhões de reais. Já o orçamento previsto para 2025 foi de vinte e nove milhões e quinhentos mil reais, valor inferior ao arrecadado no ano anterior. Estimamos arrecadar, ainda, cerca de trinta a trinta e meio milhões de reais, considerando as receitas dos três meses restantes do ano e um adicional de 1% do FPM em dezembro, o que resultará em um montante significativamente acima do previsto. Por esse motivo, estipulamos para 2026 uma previsão orçamentária de trinta e três milhões e trezentos e noventa mil reais, baseada nas mesmas receitas de 2025 acrescidas de uma projeção de inflação de 6%. Dessa forma, chegamos ao valor mencionado, isso que tenho a esclarecer diante das observações feitas pela assessoria, e fico a disposição para dúvidas e esclarecimentos que vocês tiverem. O vereador Willian Aparecido Abaque Soares tomou a palavra para argumentar sobre as diferenças nos valores das pastas, comparando os orçamentos de 2025 e 2026. Ele destacou que algumas pastas tiveram aumento, enquanto outras apresentaram redução, citando como exemplo o Gabinete do Prefeito, cuja dotação subiu em R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais). Em seguida, indagou o senhor Álvaro sobre o motivo desse aumento. Álvaro respondeu que além do reajuste da inflação, houve também aumento do salário do Prefeito e Vice-Prefeito e lembrou que os gastos com a Junta de Serviço Militar também estão alocados nessa pasta. Com a palavra o vereador André disse saber que o orçamento foi elaborado com uma projeção de inflação de 6%, minha pergunta é nenhuma pasta ficou acima dos 6%. Com a palavra o Álvaro respondeu que teve pasta que ficou acima da inflação sim, pois existem correções de um orçamento para outro, as vezes projetamos um valor em um determinado órgão que não foi gasto em sua totalidade e já tem outros órgãos que falta e precisamos remanejar para suprir, e diante dessas situações vamos ajustando o orçamento para o ano seguinte de acordo com a execução que está sendo realizada no exercício atual. O vereador André perguntou especificamente sobre a área da Educação, que teve um aumento de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Álvaro explicou que esse aumento reflete a projeção de execução de 2025, em que os gastos com o magistério aumentaram consideravelmente, sendo previsto esse incremento para 2026. O vereador André perguntou se esse ano haverá divisão do dinheiro que sobra do FUNDEB. Álvaro respondeu que não, pois neste ano não haverá sobra, e sim déficit, que será coberto com recursos próprios. O vereador Willian perguntou se no aumento de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), já está incluído o reajuste do piso salarial dos professores. Álvaro disse que não. O vereador Rovilson Aparecido Pedroso questionou sobre sobras de recursos nas áreas da Saúde e Assistência Social,



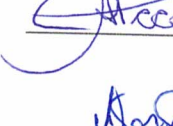
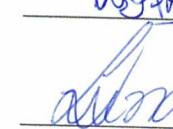
Câmara Municipal de Santa Cruz da Esperança

Estado de São Paulo

e se não poderiam ser usadas para socorrer a Educação. Álvaro explicou que as sobras provavelmente ocorrerão devido às emendas parlamentares, que já tem destinação específica e não podem ser usadas para outra finalidade. Esclareceu que, embora haja sobra na Saúde e Assistência Social e falta na Educação, as contas são vinculadas a convênios estaduais e federais, e o uso indevido implica na devolução dos recursos, não sendo possível o remanejamento. A consultora Tatiane Medeiros informou que, em relação aos projetos, foi constatado que estão em conformidade com a Lei 4.320/64 e a Lei 101/2000. Destacou que o percentual de suplementação previsto no artigo 6º está fixado em 10%, ficando a critério dos vereadores decidir sobre se vai alterar ou não. Tatiane também lembrou do Comunicado SDG nº 29/2010, atualmente utilizado pelo Tribunal para análise das contas, recomenda que o percentual de suplementação não ultrapasse o índice inflacionário. Outra observação feita foi sobre a alteração dos valores das pastas. Por fim, mencionou que as emendas impositivas também dependem da decisão dos vereadores. Em seguida, a vereadora Adriana Aparecida Rodrigues dos Santos questionou Tatiane sobre o percentual de suplementação que não pode exceder a inflação. Ela relatou ter feito um levantamento em vinte e cinco municípios da região de Ribeirão Preto, constatando que apenas Santa Cruz da Esperança (2%) e Cajuru (5%) estão abaixo do índice inflacionário, enquanto os demais apresentam percentuais superiores a 10%, indagando se esses municípios estariam contrariando a orientação do Tribunal. Tatiane explicou que, teoricamente sim, pois a orientação é essa, mas na prática os municípios costumam apresentar percentuais maiores, ficando a critério da Câmara e da Prefeitura definir o percentual adequado. Ela acrescentou que o Tribunal costuma mencionar nos relatórios quando o percentual varia entre 20% e 25%, e que as recomendações se tornam mais rigorosas quando o percentual atinge 30% ou mais. O vereador Rovilson perguntou ao senhor Álvaro se o orçamento de cada secretaria foi discutido com os respectivos secretários. Álvaro respondeu afirmativamente, informando que foram realizadas reuniões com todos os secretários e responsáveis de cada setor, nas quais foram projetados, demonstrados e explicados os detalhes do orçamento. Em seguida, o vereador Willian perguntou sobre o aumento significativo na reserva de contingência, solicitando a justificativa para tal alteração. Álvaro esclareceu que, devido ao aumento geral do orçamento, houve redistribuição dos valores entre as dotações. Para evitar elevação excessiva de dotações específicas, que por vezes podem não ser totalmente utilizadas, optou-se por destinar esse montante à reserva de contingência, visando garantir cobertura para eventuais necessidades que possam surgir ao longo do ano. Os vereadores André, Rovilson e Willian levantaram a questão sobre o transporte de trabalhadores para as cidades de Ribeirão Preto e Cajuru, se já consta esses gastos no





 Acompanhar



 Ronilson Aparecido Pedroni

Wilson
Silva Mendes